

Neoliberalismo e Reestruturação Produtiva: as novas determinações do mundo do trabalho

Francisco J. S. Teixeira, Manfredo A. de Oliveira (Orgs.)

São Paulo, Cortez Editora, 1996

Silvia Neves Salazar¹

Vivemos um momento de mudanças nas sociedades capitalistas que extrapolam a esfera da produção e envolvem todas as outras dimensões da vida social. Particularmente, percebemos um processo de reestruturação que incide profundamente no mundo do trabalho. Neste sentido, o livro: "Neoliberalismo e Reestruturação Produtiva: as novas determinações do mundo do trabalho" traz importantes contribuições para este debate que se coloca tão fortemente tanto no campo acadêmico como no cotidiano da população que sofre os rebatimentos dessas transformações. Trata-se, portanto, de uma coletânea composta por cinco ensaios em torno de uma preocupação comum: a reflexão crítica sobre as radicais modificações em curso na base material da sociedade capitalista, bem como as suas repercussões no campo das idéias. Os autores buscam, a partir deste ponto, de forma clara e objetiva, trabalhar alguns conceitos e categorias (reestruturação produtiva, terceirização, dessindicalização, ajuste neoliberal, trabalho, etc...), levantados principalmente a partir do final dos anos 80 quando, no Brasil, com as eleições de 1989 e a derrota das forças progressistas, torna-se possível o início da entrada das idéias neoliberais. Vale ressaltar que estas questões, em todos os ensaios, estão norteadas por uma questão estrutural mais ampla, que se traduz pela crise do capital.

¹ Mestranda em Serviço Social PUC/Rio

Será a partir desta crise do capital, decorrente do esgotamento do regime de acumulação capitalista fordista-keynesiano, que as sociedades capitalistas avançadas se articulam e impõem novas regras para sua superação e enfrentamento. Destaque é dado ao Consenso de Washington, que tem como objetivo disseminar as idéias neoliberais, onde liberdade de mercado e redução da intervenção do Estado são vistas como a única possibilidade de superação da crise do capital.

De maneira geral todos os autores entendem que a nova ofensiva do capital atinge, de modo decisivo, a esfera do trabalho, visto que a superação das contradições do modelo fordista passou a exigir, principalmente, a construção de novas relações de trabalho, novos métodos de gestão do trabalho. Segundo Teixeira: "Só assim o capital pôde restabelecer seu domínio dentro do processo de trabalho e reproduzir, em novas bases, as condições necessárias para a produção da mais-valia." (Teixeira, 1996:65). Nesta perspectiva os autores resgatam que o capital se defronta com o poder dos sindicatos. Para tal, a nova crise do capital tem como uma de suas funções debilitar o poder da classe trabalhadora, o que vem implicando no desmantelamento das estruturas sindicais, como condição para retomar a produção da mais-valia.

As principais características da crise, segundo Alves (1996), são: o incremento da capacidade produtiva ociosa, excesso de mercadorias e estoque, um excedente de capital e dinheiro e um nível elevado de desemprego, de caráter estrutural. É neste sentido que as mudanças no mundo do trabalho se colocam como foco central da crise enfrentada pelo capital, que impõe uma reestruturação no processo produtivo. Como estratégia para a saída da crise, cria-se o regime de acumulação flexível que, associado às idéias neoliberais propõe uma ampliação no processo de trabalho.

Podemos considerar que a discussão da categoria trabalho torna-se fundamental para a discussão deste processo de mudanças e que ela permanece central para entender as relações na sociedade, levando, principalmente em conta, a dimensão que tomam os rebatimentos dessas mudanças que têm ocorrido no mundo do trabalho na vida das pessoas. O que se esgota e se transforma é a maneira como o trabalho se desenvolve na sociedade, mas o trabalho, nesta dimensão, nunca irá acabar ou deixar de ser considerado como uma categoria central da vida humana, enten-

dendo-se a natureza dos processos de trabalho não em sua utilidade imediata, mas sim a partir do seu significado no modo de produção capitalista. Portanto, o trabalho não deixa de ser central, mas adquire outras características na sociedade atual.

Essas mudanças no mundo do trabalho colocam-se de forma mais concreta na realidade brasileira a partir da década de 1990 onde, com a vitória de Fernando Collor de Mello, em 1989, caracteriza-se um novo período histórico com a vigência do neoliberalismo no Brasil. A partir deste período dois pontos básicos, direta ou indiretamente, incidiram nestas mudanças no mundo do trabalho: as políticas neoliberais que privilegiam uma posição de não intervenção estatal e um profundo corte nos gastos públicos, e as transformações produtivas com a chamada fase da acumulação flexível, que vêm impondo profundas inovações tecnológicas e organizacionais. O ajuste neoliberal que tem perpassado as fronteiras da nação e dos Estados, é caracterizado, principalmente como destaca Alves, "(...) por uma política industrial centrada na abertura comercial, e pelo novo impulso no processo de privatização, desregulamentação e flexibilização das relações trabalhistas" (Alves, 1996:131).

Arelado a toda lógica neoliberal, nos anos de 1990, há um acelerado processo de transformações produtivas, que tem como principal objetivo aumentar a produtividade/qualidade. Neste processo não são poupados esforços, mesmo que o novo padrão de acumulação flexível coloque em jogo a qualidade das condições de vida e o trabalho da classe trabalhadora. Com a adoção de novos padrões tecnológicos e organizacionais, da terceirização que se dá às custas da maior intensidade do trabalho, da flexibilização dos mercados de trabalho e da contratação coletiva tende-se à precarização e ao enxugamento dos empregos, redução dos salários e maior controle da força de trabalho.

Vale ressaltar que todo este processo de reestruturação que se aprofunda, acontece com o consentimento dos próprios trabalhadores, que são envolvidos pela lógica das empresas a participarem não como empregados colaboradores, mas sim como "sócios" responsáveis pela produtividade/qualidade das empresas. Para isto são adotadas estratégias organizacionais baseadas em Programas de Qualidade Total, onde são implantados novos modos de gerenciamento da força de trabalho e da produção para envol-

ver os trabalhadores, o que, conseqüentemente, exige um novo tipo de trabalhador. Finalmente, é neste complexo contexto de reestruturação produtiva pela qual passa o país, que os autores argumentam sobre a necessidade do sindicalismo brasileiro se reestruturar para que possa enfrentar as novas demandas que se colocam hoje no mundo do trabalho.